

**DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA
ANÁLISE DO COREDE FRONTEIRA OESTE UTILIZANDO DADOS EM
PAINEL**

**DETERMINANTS OF REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF
THE COREDE FRONTEIRA OESTE USING PANEL DATA**

**DETERMINANTES DEL DESARROLLO REGIONAL: UN ANÁLISIS DEL
NÚCLEO DE LA FRONTERA OCCIDENTAL USANDO DATOS DEL
PANEL**

Recebido em: 30 de Novembro de 2019

Aprovado em: 11 de Janeiro de 2020

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Vanessa Dutra - vanessarabelodutra@gmail.com - UFSM

Paulo Fernando Marschner - paulofermandomarschner@hotmail.com

Kalu Soraia Schwaab - kaluschwaab@gmail.com

Bruna Márcia Machado Moraes - brunammoraes@hotmail.com

Paulo Sérgio Ceretta – cereta10@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve por intuito compreender a concepção de sustentabilidade expressa pelos produtores moradores da APA do Ibirapuitã em Santana do Livramento/RS, e descrever de que modo estes a incorporam as práticas produtivas desenvolvidas em suas propriedades. Para a realização deste estudo desenvolveu-se uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa, caracterizada como descritiva e exploratória quanto aos objetivos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade com sete respondentes. O estudo revelou que vários entrevistados apresentam um conhecimento empírico sobre os conceitos de sustentabilidade e de Área de Proteção Ambiental, mas de certo modo os desenvolvem de forma instintiva. Nas propriedades pesquisadas existem áreas exclusivamente direcionadas a preservação, não sendo desenvolvido nenhum tipo de atividade com finalidade comercial neste espaço. Evidencia-se também a necessidade de maior circulação de informações sobre o que é permitido realizar no interior das propriedades, pois, muitos indivíduos não possuem conhecimento de como proceder.

Palavras-chave: Desenvolvimento Municipal, Gestão fiscal, COREDE.

ABSTRACT

Regional Development Policy aims to identify peculiarities of each region so that, based on them, guidelines are stipulated to promote economic development. Based on these guidelines, Rio Grande do Sul was divided into 28 Regional Development

Councils - COREDES, in 1994, grouping cities with similar economic, productive and political characteristics. In this context, the present study aims at analyzing the effect of compliance with the Fiscal Responsibility Law at the level of regional development in the cities of COREDE Fronteira Oeste. To this end, the socio-economic characteristics of the sub-region were initially investigated, and later, panel data was used to identify the relationship, the period studied was from 2005 to 2013. The main results showed that COREDE Fronteira Oeste has socio-economic development indicators slightly below the state average, and the development of municipalities is not related to the quality of COREDE's fiscal management.

Key words: Municipal Development, Fiscal Management; COREDES.

RESUMEN

Las políticas de desarrollo regional tienen como objetivo identificar las peculiaridades de cada región para que, en base a ellas, se establezcan directrices para impulsar el desarrollo económico. Con el objetivo de estas directrices, el Rio Grande del Sur se dividió en 28 Consejos de Desarrollo Regional - COREDES, en 1994, agrupando ciudades con características económicas, productivas y políticas similares. En base a este tema, este estudio buscó analizar el efecto del cumplimiento de la Ley de Responsabilidad Fiscal en el nivel de desarrollo regional en las ciudades de COREDE Frontera Oeste. Con este fin, se investigaron inicialmente las características socio-económicas de la subregión, y luego, se utilizaron datos de panel para identificar la relación, el período estudiado fue de 2005 a 2013. Los principales resultados mostraron que COREDE Frontera Oeste tiene indicadores de desarrollo socio-económico ligeramente por debajo del promedio estatal, y que el desarrollo de los municipios no está relacionado con la calidad de la gestión fiscal de COREDE.

Palabras clave: desarrollo municipal, gestión tributaria, COREDE.

1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento regional, à luz da Teoria Econômica, traz a preocupação com a heterogeneidade da distribuição de atividades que geram emprego e renda, e bem-estar à população de uma determinada região. Cada localização geográfica possui peculiaridades em termos de distribuição econômica, características específicas sociodemográficas que contribuem para a construção de identidades regionais (AYDALOT, 1985).

Em contrapartida, tendo em vista tais peculiaridades, é natural que haja concentração econômica e locais mais desenvolvidos dentro de uma mesma economia. Nesse caso, a Teoria do Desenvolvimento Regional busca dissolver tais aspectos visando o desenvolvimento da população como um todo, sem ressaltar as diferenças econômicas. Ressalta-se que, ao identificar essas falhas de mercado, é necessário propor algumas alternativas capazes de contribuir para o desenvolvimento da região como um todo (TORRES, VIEIRA, & CRUZ, 2015).

Sendo assim, o processo de desenvolvimento econômico ocorre de maneira distinta e não simultânea em regiões geográficas diferentes. Esse processo econômico, quando percebido de maneira regional, vai ocorrer dependendo das demandas de cada unidade geográfica, visando o fortalecimento de pontos específicos que demonstram maior possibilidade de geração de emprego e renda para, então contribuir para o desenvolvimento da população. Nesse caso, o estudo das formas de desenvolvimento regional se torna algo complexo, pois depende das inter-relações econômicas da unidade geográfica em análise, levando em consideração que esta, é parte da economia e política nacional (CRUZ, 2009).

O Estado do Rio Grande do Sul, foco do presente estudo, apresenta forte expressão na economia nacional, de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (2014). Constitui-se como a quarta melhor participação no Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, 6,2% e apresenta taxa de analfabetismo de 4,53%. Entretanto, existem regiões do Estado como a Fronteira Oeste que apresenta uma realidade distinta da estadual. O COREDE Fronteira Oeste em 2012, possuía um PIB de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, o que representava apenas 3,8% do total do Estado, as estimativas populacionais indicam que o COREDE possui uma população total de 533.641 habitantes e uma área demográfica de 46.237,1 Km² distribuídas em 13 municípios (Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana). Embora tenha a maior parte de sua população vivendo em áreas urbanas, o setor da agropecuária predomina na economia da Região, que possui pouca participação da Indústria de Transformação.

O Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (2015) indica que o COREDE Fronteira Oeste, é caracterizado por perdas populacionais apresentando no período 2000-2010, uma taxa média de crescimento negativa de -0,43% ao ano, o que representou a quarta menor taxa de crescimento entre os 28 COREDEs. A taxa de analfabetismo também indica um desequilíbrio com as estimativas estaduais, uma vez que, tem em sua composição municípios como Itacurubi que apresenta uma taxa de analfabetismo de 8,36%, sendo significativamente elevada se comparada com o índice Estadual de 4,53%. Os indicadores de Geração de Renda, medido pelo PIB per capita, demonstram que este COREDE ocupa a décima quinta posição, e na Apropriação de Renda, medida pela renda domiciliar per capita média, a antepenúltima posição. Porém, a pior situação dos indicadores está demonstrada quando analisada a variável Saúde Materno Infantil, medida pela taxa de mortalidade dos menores de cinco anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos. Neste quesito a Região ocupa a última posição no ranking estadual.

Objetivando minimizar estas disparidades a Constituição Federal de 1988 já havia definido como direitos sociais à seguridade social, à infância, o lazer, à moradia, o trabalho, à educação, à saúde, à proteção à maternidade, à assistência ao menor e aos desamparados, dentre outros (e delegado grande parte dessa responsabilidade aos municípios). E a fim de observar o comportamento dos municípios no que tange aos direitos sociais a Constituição Federal ainda institucionalizou diversos mecanismos de controle para fiscalizar e garantir a aplicação correta e uma notável qualidade dos gastos públicos. Contudo, foi a partir

da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que foi determinando o cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais relativos a aplicação de recursos em saúde e educação, evidenciando uma preocupação singular da LRF com os aspectos sociais principalmente em âmbito municipal (BRASIL, 2000).

A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, segundo o Ministério do Planejamento, é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, ou seja, para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). A referida Lei tem como objetivo melhorar a administração das contas públicas no Brasil. É através da ação planejada e transparente na busca do equilíbrio das contas públicas, cujas metas de resultado entre receitas e despesas devem ser cumpridas, que se busca disciplinar a gestão dos recursos públicos atribuindo mais responsabilidade aos gestores públicos.

Ao tomar esse instrumento legal como base, e tendo evidências empíricas (SOUZA *et al.* 2013) de que a LRF impacta em melhores condições de desenvolvimento municipal, este trabalho tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal tem efeito no nível de desenvolvimento regional nas cidades do COREDE Fronteira Oeste?” Desta forma, este estudo tem como objetivo principal analisar o efeito do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no nível de desenvolvimento regional nas cidades do COREDE Fronteira Oeste. Adicionalmente será analisado se o crescimento econômico impacta no nível de desenvolvimento municipal dessa região, uma vez que Bresser Pereira (2006) explica que o crescimento econômico é uma condição indispensável, porém não suficiente para o desenvolvimento.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DAS LINHAS TEÓRICAS

As Teorias que tratam de Desenvolvimento Regional, segundo Cavalcante (2008) partem de duas correntes de pensadores. Primeiramente, estão as discussões desenvolvidas tendo como base os trabalhos de Von Thünen (1926), e Isard (1956), que davam ênfase ao fator de localização. Ou seja, a localização influenciava significativamente na formação econômica e desenvolvimento econômico de uma sociedade.

A segunda corrente, surge das teorias abordadas, mais tarde, por Marshall (1890) e Keynes (1936), e seus representantes Myrdal (1956), Hirschman (1958), Perroux (1967) e North (1977). Esses pensadores defendiam que o desenvolvimento regional estava interligado com o crescimento da indústria, e todo o movimento que a industrialização trazia para uma determinada região. Segundo essa abordagem, a indústria sendo desenvolvida, haveria mais oferta de empregos, e assim, melhor distribuição de renda. Essa última vertente disseminou uma preocupação maior, por parte do Estado, em investir em políticas públicas que proporcionavam o desenvolvimento de regiões específicas para, então, fortalecer a indústria, que, naquele momento, era onde havia maior geração de riquezas em diversos países.

Myrdal (1956), analisou a dinâmica regional de forma mais intuitiva, evidenciando que existem muitas diferenças econômicas entre nações, sendo que a

localização geográfica influencia nos fatores de produção delimitando se um país pode ser mais ou menos produtivo do que outro. O autor caracteriza economias de acordo com duas classificações. Primeiramente, denomina os Países Desenvolvidos, que apresentam altos índices de renda per capita, integração nacional, e elevados montantes de investimentos direcionados as mais diversas áreas econômicas.

Por outro lado, o autor caracteriza como Países Subdesenvolvidos, aqueles cuja renda per capita é extremamente menor, baixos indicadores de crescimento econômico além da existência de concentração da riqueza. Além disso, dentro dessas regiões é possível observar alguns locais mais desenvolvidos que outros, devido também a dimensão territorial, número de habitantes, e fatores de produção.

Myrdal (1956) foi categórico ao afirmar que a teoria econômica não possuía instrumentos para solucionar problemas oriundos de diferenças econômicas entre regiões. Isso porque as hipóteses teóricas de equilíbrio não apresentavam embasamento para efetivamente explicar as disparidades identificadas em regiões presentes na mesma nação, com diretrizes econômicas iguais. A resposta seria, então, tentar avaliar tanto fatores econômicos quanto não econômicos, para que se pudesse chegar a um ponto comum sobre desenvolvimento regional.

Na visão de Hirshman (1958), o desenvolvimento econômico não ocorre simultaneamente em todas as regiões geográficas, mesmo estas pertencendo a uma mesma unidade econômica. Além disso, o desenvolvimento tende a obter um nível maior de progresso espacialmente, no ponto que se inicia, sendo esse, um ponto estratégico de análise. O autor ainda cita que, em países subdesenvolvidos a dinâmica de desenvolvimento é ainda mais complexa, devido a fatores estruturais que tendem a se apresentar como fatores impeditivos para tal.

Existem, segundo essa visão duas abordagens que inviabilizam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na visão de Hirshman (1958). No primeiro caso, os indivíduos tendem a pensar na mudança econômica como algo que deve ser realizado por todos os membros dos grupos ao qual pertencem. Porém, isso só ocorre se os investimentos governamentais forem, então, distribuídos entre as mais diversas regiões, em vários programas de desenvolvimento. Porém, nesse caso, não há possibilidade de investimento em uma grande mudança estrutural, visto que os esforços estão sendo realizados em partes e programas menores.

Já a segunda visão, é que o desenvolvimento econômico deve ocorrer levando em consideração a mudança individual, de cada membro do grupo. Nesse caso, o indivíduo não deve ter a percepção de grupo, devendo a mudança ocorrer individualmente. No entanto, com essa abordagem, estimula-se o pensamento individualista, havendo a redução do pensamento cooperativo.

Para Perroux (1967), o lucro é o responsável pela expansão e crescimento capitalista, que por sua vez depende de cada empresa individual. Nesse caso, havendo o crescimento das empresas, haveria, também um volume monetário mais em circulação, contribuindo assim, para o desenvolvimento da população. Para incentivar o crescimento das empresas individuais, que, conseqüentemente, implicariam em desenvolvimento econômico regional devido ao aumento da renda da população, é necessário avaliar três elementos básicos: a indústria-chave; o regime não concorrencial do complexo; e a concentração territorial do complexo.

Entende-se por complexo um aglomerado geograficamente concentrado de indústrias em crescimento.

A indústria-chave tem por objetivo aumentar o montante produtivo através de compras de serviços e produtos de outras indústrias. A indústria que inicia tal processo é chamada de motriz, e a indústria que fornece serviços e produtos para a motriz é denominada movida. Segundo o pensamento de Perroux (1967), as indústrias são pontos-chave no processo de desenvolvimento regional, responsáveis pela aplicação das forças e dinâmicas de crescimento econômico.

Por incitar o desenvolvimento de uma indústria específica, identifica-se o chamado regime não concorrencial do complexo. Esse processo resulta em combinação de forças oligopolistas, que, elevam a produtividade e a concentração de capital da indústria. Estando essa indústria em uma estrutura de concorrência perfeita, tanto o aumento de produtividade, quanto a maior acumulação de capital, não seria possível, visto que outras indústrias também estariam concorrendo com uma maior parcela de mercado.

O terceiro elemento seria a concentração territorial do complexo, que é representado por um aglomerado de empresas, em crescimento que produzem bens comuns entre si, buscando maior crescimento econômico. A principal característica da concentração territorial é a intensificação de atividades econômicas devido, principalmente, à proximidade e a concentração urbana no mesmo local. Essa característica induz necessidades de moradia, transporte, serviços públicos, em decorrência da transformação do meio geográfico imediato.

North (1977) traz uma visão de desenvolvimento regional ligada às vantagens comparativas que cada região possui. Nesse caso, cada região poderia se especializar na produção e exportação de um determinado produto, podendo ele ser primário, secundário ou até mesmo terciário. Com essa nova abordagem, o desenvolvimento regional ocorreria devido à obtenção de renda, empregos, e aumento de bem-estar da população, ligado ao aumento das exportações do produto ou bem que a região se especializou.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

A economia gaúcha, assim como os demais estados do Brasil, passou, ao longo dos anos por diversas fases. O cenário econômico regional no final da década de 50 demonstrava uma economia frágil, com dificuldades de acompanhar todo o crescimento observado na economia brasileira. Isso pois, na região central do país, estava em pleno desenvolvimento o setor industrial impulsionado pelo Modelo de Substituição de Importações, lançado após a crise de 1929. Nesse caso, o estado do Rio Grande do Sul, ainda não participava de todo esse processo, pois a indústria regional era pouco desenvolvida (FIORI, 2017).

Segundo o autor, após o início do desenvolvimento industrial, a partir dos anos 1970, observou-se uma dinâmica regional um pouco distinta dos anos anteriores, visto que, a agricultura dava embasamento para a produção industrial, principalmente na região norte do estado. Com essa nova conjuntura, houve a diversificação da produção, aumentando assim a densidade demográfica da região

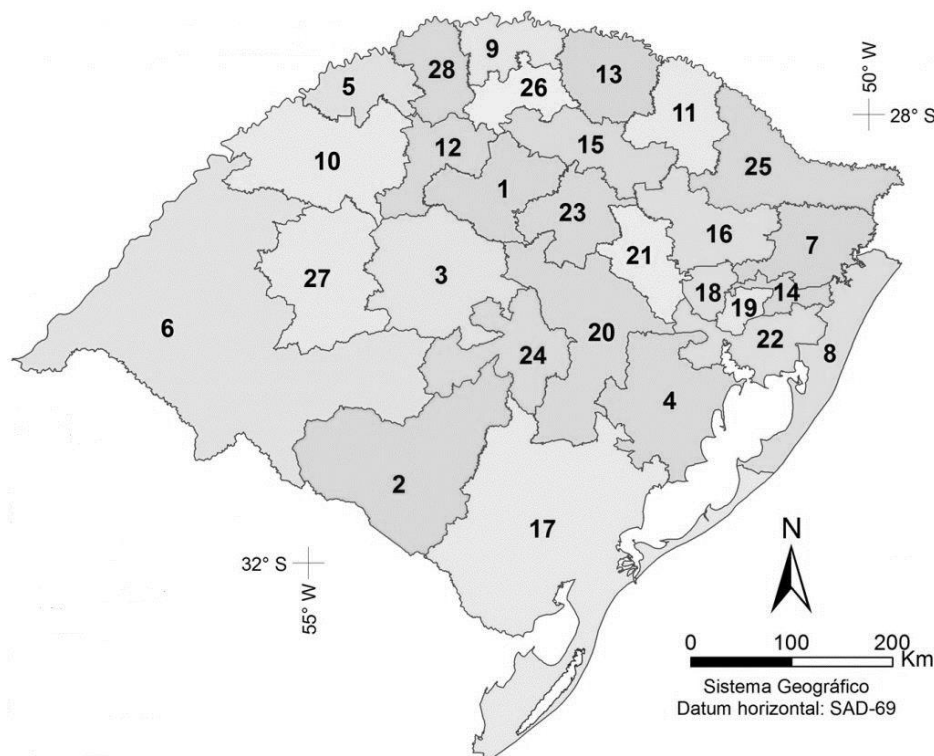
norte e nordeste do estado e diminuindo a concentração de renda. Assim, a indústria passou a desempenhar papel de relevância para o desenvolvimento dessa região.

Porém, na região sul do estado, era possível observar outra configuração estrutural. Essa região era intensiva na produção pecuária, que não foi, de certa forma, bem estruturada para atender o objetivo de acumulação de capital, desde a época das Charqueadas (final do século XIX e início do século XX). Outro ponto relevante sobre a região, foi a densidade demográfica, que era inferior àquela observada nas regiões norte e nordeste, desencadeando baixo interesse político em destinar recursos e políticas de desenvolvimento para a região (FIORI, 2017).

Na década de 80 identifica-se um dos primeiros programas com o enfoque ligado ao desenvolvimento regional do estado na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa se deu pelo fato de que os dirigentes chegaram à conclusão que essa era uma região gaúcha que apresentava contínuo empobrecimento, sendo necessárias algumas medidas diferenciadas para que se chegasse a uma solução. Dentre essas medidas, destaca-se o Programa de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do estado (RECONVERSUL), ocorrida no período de 1996 a 2005 (SPDRⁱ, 2015).

Mais, tarde, na década de 90, observou-se que avaliar as questões regionais tendo em vista programas específicos com políticas moldadas para satisfazer as demandas específicas de cada região geraria resultados mais eficazes se comparadas às políticas de âmbito mais generalistas. Nesse caso, segundo a SPDR (2015), uma das primeiras estratégias de desenvolvimento regional a nível estadual foi a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), com o objetivo de que cada região tivesse autonomia para discutir entre entidades, empresas, gestores públicos e população, quais as melhores políticas para que se houvesse de fato desenvolvimento da região. No ano de 1991, o Rio Grande do Sul foi dividido, em 21 sub-regiões, passando para 28 no ano de 1994 perdurando até o momento, como observado na Figura 1.

Figura 1: Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (2018).

Legenda: 1-Alto Jacuí; 2-Campanha; 3-Central; 4-Centro Sul; 5-Fronteira Noroeste; 6-Fronteira Oeste; 7-Hortênsias; 8-Litoral; 9-Médio Alto Uruguai; 10-Missões; 11-Nordeste; 12-Noroeste Colonial; 13-Norte; 14-Paranhana Encosta da Serra; 15-Produção; 16-Serra; 17-Sul; 18-Vale do Caí; 19-Vale do Rio dos Sinos; 20-Vale do Rio Pardo; 21-Vale do Taquari; 22-Metropolitana Delta do Jacuí; 23-Alto da Serra do Botucaraí; 24-Jacuí Centro; 25-Campos de Cima da Serra; 26-Rio da Várzea; 27-Vale do Jaguarí; 28-Celeiro.

Como observado na Figura 1, os COREDES estão divididos de acordo com características geográficas e produtivas. Segundo Oliveira, Araújo e Silveira (2016), observa-se que a ideia central de todos os conselhos é tratar de projetos baseados na associação e cooperação institucional. Porém, os autores ressaltam que, embora as políticas tenham o mesmo viés, que seria contribuir para o desenvolvimento regional, cada uma terá um enfoque diferente dependendo das demandas sociais, produtivas ou políticas oriundas de cada um dos COREDES.

Tendo em vista a formação das sub-regiões do estado do Rio Grande do Sul, o governo então passou a destinar recursos e iniciativas de desenvolvimento dependendo da demanda específica de cada COREDE. Sendo assim, cada conselho possui uma comissão composta de um presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, que é responsável por determinar quais as ações serão necessárias para que de fato se conclua o desenvolvimento nos municípios os quais fazem parte do COREDE.

O governo estadual, por sua vez, desenvolve os planos estratégico de desenvolvimento regional que implica na destinação de recursos para os projetos anteriormente avaliados pela comissão de cada COREDE. A implementação de

cada um dos planos de desenvolvimento estratégico regional, segundo a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – RS (2018), passa pelas seguintes fases:

- i) Elaboração do plano de trabalho ampliado: que consiste na apresentação das etapas a serem seguidas para a implantação do plano, constando ainda, a metodologia para a aplicação do mesmo.
- ii) Diagnóstico e elaboração do relatório de avaliação: compreende uma avaliação para, a partir dela, obter-se um diagnóstico das reais situações econômicas e sociais das regiões analisadas, contendo aspectos negativos e positivos em âmbito interno e externo ao COREDE. Além disso, nessa fase são expostos os procedimentos futuros para fomentar o desenvolvimento da região.
- iii) Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento regional: indica a consolidação das etapas anteriores, em forma de relatório, que deve ser avaliado pelos 28 COREDES, resultando em planos de ação para cada região.

Após serem realizadas todas essas etapas, os planos são acompanhados ainda por uma Comissão Técnica e Financeira, composta por representantes dos COREDES, além de pessoas responsáveis pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, e um representante da Fundação de Economia e Estatística do Estado.

2.2 LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Embora identifique-se algumas políticas específicas para promover o desenvolvimento com uma visão mais regional, é de responsabilidade de cada município investir em práticas que possam auxiliar nesse processo. Sendo assim, é de extrema importância que o governo, aqui representado pelas três esferas, municipal, estadual ou federal, tenha responsabilidade na aplicação de seus recursos, já que, saúde, educação, emprego e renda, dependem de investimentos estatais para que sejam ofertados com qualidade para a sociedade, e assim, promover o desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que, desenvolvimento econômico ocorre quando há uma variação positiva em variáveis econômicas quantitativas - como por exemplo, renda, nível produtivo, avaliado pelo produto interno bruto, ou produto nacional bruto – aliado a um aumento nas variáveis qualitativas – representadas pelos indicadores sociais, como, índice de desenvolvimento humano, pobreza, taxas de mortalidade e alfabetização da população (PASTORE, 1970).

Segundo Schenatto, Fabris (2017), para que haja desenvolvimento regional é necessária uma soma de esforços tanto da sociedade quanto dos órgãos públicos, objetivando melhorias das condições socioeconômicas, ou seja, bem-estar da população. Para tal, recursos financeiros e políticas precisam ser destinados para identificar e catalisar potencialidades regionais, resultando em qualidade de indicadores sociais.

Com isso, visando padronizar o uso dos recursos públicos, com a Lei Complementar 101/2000, foi instituída a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF tem por objetivo melhorar a gestão dos recursos públicos municipais, estaduais e federais no Brasil. A partir da publicação da LRF, todos os gestores passaram a seguir normas e metas quando se trata de utilização de recursos públicos. Com a LRF, a administração fiscal deve ser feita de forma planejada, uniforme e transparente por parte dos gestores públicos, com o intuito de corrigir desvios de recursos que poderão prejudicar a oferta de serviços básicos à população, como saúde, educação e segurança, favorecendo indicadores menores de desenvolvimento econômico (LRF, 2000).

Segundo Cruz, Afonso (2018), a estratégia geral da Lei de Responsabilidade Fiscal foi elaborada levando em consideração três grandes pilares: planejamento, transparência e controle. Ou seja, a gestão dos recursos públicos deve ser realizada de forma planejada, transparente e com mecanismos eficientes de avaliação e controle das práticas realizadas. No entanto, estudos empíricos demonstram que o pilar mais utilizado na gestão municipal é a transparência na utilização dos recursos, sem muita ênfase no planejamento e controle.

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – ANÁLISE DOS COREDES

O estado do Rio Grande do Sul, devido à sua extensão territorial, possui diferenças produtivas, culturais, sociais e políticas. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES têm a finalidade de avaliar essas diferenças e elaborar planos de ação com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico de cada município que compõe as sub-regiões gaúchas. Sendo assim, a seguir serão apresentadas análises relativas a cada COREDE no âmbito de saúde, educação e economia, com base nos dados divulgados pela FEEⁱⁱ (2015).

Quando levada em consideração a extensão territorial, o COREDE Fronteira Oeste ganha destaque com aproximadamente 46.000 km², seguido da sub-região Sul com cerca de 34.000 km² e Campanha com 18.000 km². Em contraponto, tem-se as regiões Médio Alto Uruguai (4.200km²), Vale do Caí (1.850km²), Paranhana-Encosta da Serra (1.732km²) e Vale do Rio dos Sinos (1.398km²), com as menores extensões territoriais dentre os COREDES gaúchos.

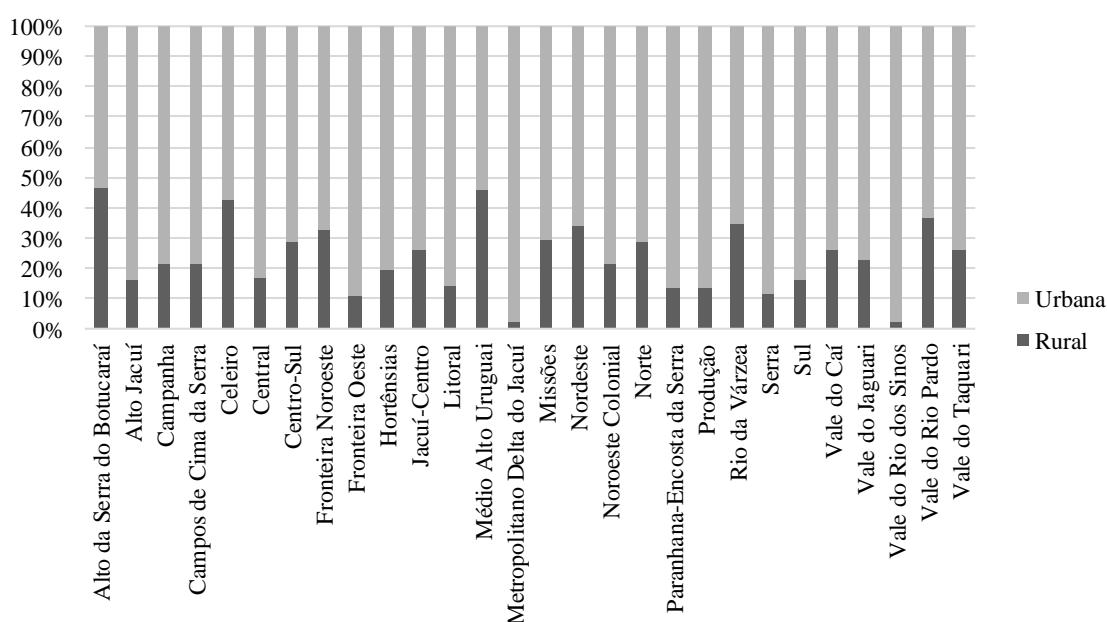
Aliada a extensão territorial, pode-se avaliar o Produto Interno Bruto de cada uma das sub-regiões do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2015. Para tal, identificou-se o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí com maior PIB dentre todos os conselhos regionais de desenvolvimento com aproximadamente 105 bilhões de reais, seguido do Vale do Rio dos Sinos, que, embora apresente uma pequena extensão territorial, apresentou o PIB de 49 bilhões de reais, no período analisado. Os COREDES com menores PIBs foram Vale do Jaguari (2,7 bilhões de reais) e Alto da Serra do Botucaraí (2,6 bilhões de reais), no ano de 2015.

Relacionado com a geração de renda dos COREDES, é necessário avaliar o número de vínculos empregatícios observados no ano de 2015. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí apresentou maior montante de vínculos empregatícios ativos com cerca de 1.409.087 vagas de trabalho preenchidas no

período, seguido do Vale do Rio dos Sinos com aproximadamente 569.090 vagas. Esse resultado pode ser justificado pela grande participação da indústria de transformação e serviços nessas regiões. Por outro lado, Vale do Jaguari e Alto da Serra do Botucaraí possuíam, em 2015, menor número de vagas de empregos ativos, com 23.580 e 21.076, respectivamente.

Realizando uma análise populacional, na Figura 2, pode-se observar a relação entre população rural e urbana de todos os COREDES do estado do Rio Grande do Sul, tendo como base dado da FEE (2010).

Figura 2. Relação entre população rural e urbana dos COREDES gaúchos (2010)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2010).

Como pode ser observado na Figura 2, todos os COREDES possuem participação maior da população urbana, principalmente, as sub-regiões Metropolitana Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos, devido à grande concentração de parques industriais e por serem consideradas regiões metropolitanas. Porém, alguns COREDES que apresentam mais participação da agricultura e pecuária, como é o caso da sub-região Alto Serra do Botucaraí, Celeiro, Médio Alto Uruguai e Vale do Rio Pardo, encontra-se uma concentração um pouco maior da população no meio rural.

Com relação à mortalidade infantil, para cada 1000 nascidos vivos, o COREDE Campanha apresentou maior taxa de mortalidade (15,0%), seguido dos COREDES Fronteira Noroeste (13,5%), Sul (13,2%) e Vale do Caí (12,9%). Destaque para as sub-regiões Central e Rio da Várzea com taxas de mortalidade infantil de 6,7% e 7,2% respectivamente, com as menores taxas de mortalidade infantil entre todas as sub-regiões analisadas. Em consonância com esse dado, na

Tabela 1 pode-se observar os índices de desenvolvimento socioeconômico - IDESEⁱⁱⁱ dos COREDES.

Tabela 1. Índice de desenvolvimento socioeconômico dos COREDES do Rio Grande do Sul (2015)

COREDE	Indicador	COREDE	Indicador
	r		r
Noroeste Colonial	0,816	Missões	0,746
Serra	0,813	Vale do Rio Pardo	0,74
Norte	0,798	Celeiro	0,736
Alto Jacuí	0,785	Vale do Rio dos Sinos	0,736
Fronteira Noroeste	0,781	Alto da Serra do Botucaraí	0,728
Vale do Taquari	0,781	Vale do Jaguari	0,727
Produção	0,779	Paranhana-Encosta da Serra	0,726
Metropolitano Delta do Jacuí	0,767	Campos de Cima da Serra	0,714
Rio da Várzea	0,767	Campanha	0,712
Vale do Caí	0,763	Litoral	0,709
Nordeste	0,756	Jacuí-Centro	0,698
Hortênsias	0,753	Fronteira Oeste	0,697
Central	0,75	Sul	0,687
Médio Alto Uruguai	0,75	Centro-Sul	0,68

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2015).

Tendo como base os dados apresentados na Tabela 1, identifica-se que o COREDE Noroeste Colonial atingiu maior índice de desenvolvimento socioeconômico, seguido da sub-região da Serra, Norte e Alto do Jacuí. Já os COREDES com os menores indicadores foram Fronteira Oeste, Sul e Centro-Sul.

Corroborando com o IDESE, tem-se a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos, no ano de 2010^{iv}. Destaca-se o COREDE Alto da Serra do Botucaraí, com o maior indicador de analfabetismo, com cerca de 10,8% da população, seguido do COREDE Médio Alto Uruguai (9,4%), e Celeiro (8,5%). Ao mesmo tempo que, com uma taxa bem inferior, apresentam-se os COREDES Vale do Caí (3,1%), Metropolitano Delta do Jacuí (2,9%) e Serra (2,6%).

Com relação à principal atividade econômica geradora de renda, a maioria dos COREDES tem sua estrutura produtiva baseada na produção de grãos, criação de gado de corte e leite, bem como, diversificação com a produção de hortifrúteis, principalmente em regiões com a participação expressiva da agricultura familiar. As exceções são os COREDES Central, que além de contar a participação da Agricultura, se especializou na prestação de serviços. Além disso, as sub-regiões que tem sua atividade econômica voltada para a indústria e serviços são: Metropolitano Delta do Jacuí, Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos.

3.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Alguns trabalhos já abordaram o desenvolvimento identificado em regiões específicas. Cavalcante *et al.*, (2014) relata que o desenvolvimento regional de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, pode ser acentuado com auxílio do turismo local, porém, não foram identificadas políticas públicas, a nível estadual, que leve em consideração as potencialidades características do município, e incentive o crescimento de atividades turísticas, ressaltadas como impulsionadoras da economia municipal.

Torres, Vieira e Cruz (2015), buscando corroborar com a discussão sobre desenvolvimento regional, avaliaram a relação entre um eficiente sistema financeiro e um sistema de inovação consolidado para os estados da região sudeste do Brasil (2000-2012). Os resultados indicaram que ainda são necessárias políticas de estímulo ao desenvolvimento do sistema financeiro e sistema regional de inovações, visando ao crescimento econômico sustentável.

Oliveira (2015) avaliou a capacidade do governo federal durante os processos de formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para o eixo de influência da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém. Como resultados, o autor cita a falta de comprometimento institucional dos órgãos governamentais. Além disso, burocracia e a ausência do governo na região analisada, implicaram em falhas na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Oliveira, Araújo e Silveira (2016) avaliaram a formação histórica dos COREDES gaúchos, com o objetivo de avaliar os processos de planejamento territorial do estado do Rio Grande do Sul. Foi identificado que a formação dos COREDES contribuiu para uma melhor organização territorial do estado, assim como, resultou, desde sua instituição, em políticas que auxiliam no desenvolvimento regional. Porém, ressalta que, isso só ocorreu de fato, devido à identificação das peculiaridades de cada região formadora do COREDE.

Albuquerque *et al.*, (2017) buscaram identificar as desigualdades regionais na saúde, bem como as mudanças observadas no Brasil, no período de 2000 a 2016. Os resultados encontrados na pesquisa indicam impactos positivos da combinação de estratégias relacionadas a políticas sociais, principalmente de cunho regional, que agem como propulsoras do desenvolvimento com geração de bem-estar da população.

Embora vários trabalhos tenham sido realizados sobre o tema desenvolvimento regional, nenhum abordou de forma específica os determinantes do desenvolvimento municipal do COREDE Fronteira Oeste no Rio Grande do Sul. Ressalta-se ainda, a pouca utilização de métodos econométricos para mensurar desenvolvimento regional.

4. MÉTODO

Esta pesquisa classifica-se como quantitativa, uma vez que foi desenvolvida mediante análise descritiva de dados, amparada em um modelo econométrico. Para a formação da amostra, foram considerados os 13 municípios do COREDE

Fronteira Oeste. Nesse caso, primeiramente foram avaliadas informações socioeconômicas da região, visando caracterizar e comparar com as demais em quesitos como: renda, emprego, saúde e educação.

Para o modelo econométrico, as variáveis utilizadas nesta pesquisa foram as seguintes: (i) para avaliar o grau de responsabilidade fiscal dos municípios, foi utilizado o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), (ii) para avaliar o grau de desenvolvimento municipal utilizou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e (iii) como medida do crescimento econômico municipal utilizou-se o PIB municipal. A análise compreendeu o período de 2005 a 2013, devido ser esta a disponibilidade dos dados.

De acordo com o problema de pesquisa e o objetivo proposto, esta pesquisa tem a finalidade de, por meio de testes empíricos verificar se há relacionamento entre variáveis. Neste contexto, este trabalho irá testar as seguintes hipóteses:

- *H1: A gestão fiscal pautada no cumprimento das exigências estabelecidas pela LRF implica na melhoria do indicador de desenvolvimento municipal.*
- *H2: O crescimento econômico, medido através do PIB implica na melhoria do indicador de desenvolvimento municipal.*

Foi empregado o procedimento de regressão pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários analisado através do *software* STATA 14. Os dados foram organizados utilizando uma formatação em painel. Optou-se por esta forma de organização dos dados a fim de combinar séries temporais com dados em cortes transversais, o que pode gerar uma maior eficiência dos parâmetros resultantes do modelo. Dessa forma, é possível analisar em um só modelo o comportamento da variável dependente (IFDM) e as variáveis independentes (IFGF e PIB), conforme Equação 1 para todos os municípios pesquisados, especificado através de amostras anuais.

$$IFDM_{it} = \alpha + \beta_1 IFGF_{it} + \beta_2 PIB_{it} + \varepsilon$$

(1)

Onde $IFDM_{it}$ é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, variável dependente, o $IFGF_{it}$ representa o Índice de Gestão Fiscal, e o PIB_{it} representa o PIB municipal. Já i representa os 13 municípios integrantes da amostra e t representa o período em análise. Os resultados estão dispostos na seção seguinte.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O COREDE Fronteira Oeste é composto pelos municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Segundo a SPDR (2015), devido à grande extensão territorial e a distância entre as cidades, alguns municípios acabam exercendo maior influência econômica no COREDE, como é o caso de Santana do Livramento e São Borja, que

são regiões de fronteira, incitando também o comércio internacional com os países vizinhos do Mercosul.

A fim de caracterizar o COREDE Fronteira Oeste, são apresentados na Tabela 2 alguns indicadores que qualificam o COREDE Fronteira Oeste quanto à sua identidade socioeconômica, como emprego renda, população e educação. Além disso, apresenta-se o IDESE, que trata especificamente do desenvolvimento socioeconômico da sub-região analisada.

Tabela 2. Indicadores socioeconômicos para o COREDE Fronteira Oeste

Variável	Período	Unidade	Indicador
Território	2015	Km ²	46.237,10
População total	2016	Habitantes	533.641
População urbana	2010	%	89
População rural	2010	%	11
Taxa de mortalidade infantil	2015	% para cada 1000 nascidos vivos	10,9
Produto Interno Bruto	2015	R\$ (1000)	12.747.157,63
IDESE	2015	Índice	0,697
Emprego	2015	Vínculos empregatícios	128.723
Principal atividade econômica	2018	-	Agropecuária
Taxa de analfabetismo	2010	% das pessoas com mais de 15 anos	5,83

Fonte: Elaborado pelos autores tendo como base dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2019).

Como observado, o COREDE Fronteira Oeste apresenta a maior extensão territorial quando comparado com os demais COREDES do Rio Grande do Sul, o que justifica a principal atividade econômica da região ser agropecuária. Outras importantes participações referem-se à produção de arroz e à pecuária de corte, as quais contribuem para a força econômica na geração de renda regional. Porém, diferentemente de outras regiões do estado, no COREDE Fronteira Oeste a estrutura produtiva rural está caracterizada por médias e grandes propriedades, fazendo com que a população rural seja consideravelmente menor do que a população urbana (FEE, 2018).

Outro ponto a ser destacado é taxa de mortalidade infantil, demonstrando que, para cada 1000 nascidos vivos, a taxa de mortalidade chega a aproximadamente 10%, considerada alta se comparado ao COREDE Central (6,7%). Além disso, contribuindo para o cálculo do IDESE, tem-se a taxa de analfabetismo que, na sub-região em análise é cerca de 5,8% das pessoas com mais de 15 anos de idade. E, por fim, o indicador que demonstra o desenvolvimento socioeconômico em si, de 0,697. Se avaliado isoladamente, esse indicador permite que se considere que há um bom desenvolvimento, levando em consideração renda,

educação e saúde. Entretanto, quando comparado com os demais COREDES, fica abaixo da média do estado que é de 0,74.

Ao analisar, especificamente os determinantes do desenvolvimento municipal, ao longo do período considerado neste estudo verifica-se que o índice IFDM possui média 0,63 e um desvio padrão de 0,05. Em 2013, Alegrete possuía o maior IFDM dentre os municípios deste COREDE, de 0,77, e Barra do Quaraí o menor IFDM, de 0,54. O IFGF apresenta média 0,47, desvio padrão de 0,12 e um valor mínimo de 0,14 e máximo de 0,77, ou seja, em uma escala de 0 a 1, o COREDE conta com o município de Manoel Viana com índice de gestão fiscal de 0,14 em 2012, e com maior indicador de gestão fiscal, destaca-se o município de São Borja, apresentando um índice de 0,76 em 2006.

Tabela 3. Resultado para o modelo de dados em painel (período de 2005 a 2013, dados anuais)

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P-valor
IFGF	-0,076	0,323	-2,360	0,020
PIB	8,080	8,760	9,220	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir das análises obtidas na regressão apresentada na Tabela 3, é possível constatar que a variável IFGF apresentou-se negativa e significativamente relacionada com o IFDM a um nível de significância de 5%. Embora a variável que mede o cumprimento das exigências estabelecidas pela LRF exerça influência na variável dependente, rejeita-se a hipótese H1, já que o IFGF apresenta um efeito (negativo) diferentemente do esperado. Dessa forma, evidencia-se que, para o COREDE Fronteira Oeste, a gestão fiscal não implica na melhoria do indicador de desenvolvimento municipal, tendo efeito adverso, o que contraria pesquisas anteriores (SOUZA *et al.*, 2013).

Em se tratando da variável PIB, verifica-se que é positiva e estatisticamente significativa, estando relacionada com o IFDM a um nível de significância de 1%. Esse resultado indica que o aumento no PIB gera um aumento no indicador de Desenvolvimento Municipal, portanto aceita-se a hipótese H2 de que o crescimento econômico produz um efeito positivo no desenvolvimento dos municípios pertencentes ao COREDE Fronteira Oeste.

O resultado encontrado vai de encontro aquele identificado por Santos et al. (2017). Os autores demonstram empiricamente que a expansão dos indicadores econômicos não ocorreu em consonância com os indicadores de desenvolvimento econômico, como educação, saúde, emprego e renda da população. Esse resultado, corrobora com aspectos teóricos abordados por Bresser Pereira (2006), em que crescimento econômico é condição necessária para que haja desenvolvimento econômico, porém, não há evidências que essa condição seja suficiente. Embora identifique-se maior acumulação de capital, crescimento da renda e resultados econômicos positivos, não necessariamente, observa-se desenvolvimento econômico e regional, indicado pelos indicadores sociais e demográficos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada região possui peculiaridades e diferenças produtivas, sociais e políticas, fazendo com que haja uma identidade econômica própria. Essas diferenças, ao longo do tempo contribuem para que cada unidade geográfica se especialize na transformação econômica de determinado bem, revelando uma vantagem comparativa. Nesse caso, políticas desenvolvimentistas elaboradas com uma visão mais generalista podem não trazer os mesmos resultados em regiões diferentes.

Nesse ponto, surgem as teorias de Desenvolvimento Regional, em que a principal preocupação é justamente formular planos de desenvolvimento econômico levando em consideração diferenças produtivas de cada região específica. Tendo como base essas políticas, no ano de 1994, o estado do Rio Grande do Sul foi dividido em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, visando a implementação de políticas específicas para cada região do estado.

Dada essa temática, o presente estudo teve como objetivo analisar a influência da gestão fiscal pautada no cumprimento das exigências estabelecidas pela LRF no desenvolvimento municipal, bem como analisar o impacto do crescimento econômico no desenvolvimento dos municípios do COREDE Fronteira Oeste. Os principais resultados indicam que o desenvolvimento dos municípios não está relacionado com a qualidade da gestão fiscal, tendo efeito contrário para este COREDE, indo contra os estudos nesta temática. Esses resultados trazem implicações importantes para o entendimento da dinâmica do COREDE Fronteira Oeste, visto que, indicam que o crescimento econômico, embora produza um efeito diretamente relacionado com o desenvolvimento, parece não ser suficiente para minimizar as disparidades sociais verificadas nesta região.

A gestão fiscal pode ser uma alternativa a ser investigada detalhadamente, já que em outros estudos como os de SOUZA *et al.* (2013) o cumprimento da LRF evidencia uma elevação nas condições de vida da população, decorrente da responsabilidade na gestão fiscal, podendo o resultado aqui encontrado ser explicado pelo fato desses municípios não terem atingido níveis suficientes a ponto de refletir desenvolvimento municipal. Por esse motivo, outros fatores devem ser investigados como a qualificação da gestão pública municipal, o que pode ser uma alternativa estratégica a ser fomentada pelo COREDE e pela associação dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. V.; VIANA, A. L. A.; LIMA, L. D.; FERREIRA, M. P.; FUSARO, E. R.; IOZZI, F. L. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 4, p. 1055-1064, 2017.

AYDALOT, P. *Économie Régionale et Urbaine*. Paris, Economica. 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRESSER PERREIRA, L. C. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico**, FGV, Texto para discussão 157, dezembro/2006.

CAVALCANTE, F. R. C.; BATISTA, S. A.; GÓES, S. B; FLORES, C. R.; FLORES, J.A. Processos de Desenvolvimento Regional e a política ambiental em Rondônia: o turismo como vetor de desenvolvimento local de Guajará-Mirim. **In: Anais. V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental.** Belo Horizonte: Minas Gerais, 2014.

CRUZ, C. F.; AFONSO, L. E. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 126-148, jan-fev 2018.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - **PIB Municipal – Série Histórica 2002-2014.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Perfil Socioeconômico – COREDE Fronteira Oeste.** Fundação de Economia e Estatística, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Fronteira+Oeste>> Acesso em: 10 set. 2019.

FIRJAN – **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal.** Disponível em: <www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FIRJAN – **Índice FIRJAN de gestão fiscal.** Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FIORI, T. P. **Economia e política do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.** Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antônio Brandão. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development.** New Haven: Yale University Press, 1958.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

NORTH, D. C. **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In: Schwartzman, J. Economia regional: textos escolhidos, Cedeplar, Belo Horizonte, 1977

OLIVEIRA, M. S. Capacidade estatal e implementação de política de desenvolvimento regional sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 2, p. 271-291, set-dez 2015.

OLIVEIRA, V. S.; ARAÚJO, T. B.; SILVEIRA, R. L. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES): Uma análise da sua formação histórica e dos processos recentes de planejamento territorial no estado do Rio Grande do Sul – Brasil. In: **Anais VXIII Encontro Nacional de Geógrafos**. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. 24 a 30 de junho de 2016 – São Luiz/MA.

PASTORE, J. Teorias de desenvolvimento econômico: problemas metodológicos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, 1970.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul-set 2017.

SCHENATTO, A. F.; FABRIS, A. J. **Desenvolvimento regional e planejamento estratégico governamental**. Secretaria de Estado e Educação de Santa Catarina. 2017. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Andreia-Fadani-Schenatto.pdf> > Acesso em: 10 set. 2019.

SECRETARIA do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Perfil – Região funcional de planejamento 7. Disponível em: < <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134057-0150323173533perfil-rf7-27-02-2015.pdf> > Acesso em: 10 set. 2019.

SECRETARIA de Planejamento, Governança e Gestão. Desenvolvimento regional – COREDES. Disponível em: < <http://planejamento.rs.gov.br/planejamento-estrategico-de-desenvolvimento-regional> > Acesso em: 10 set. de 2019.

SOUSA, P. F. B DE; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S. DO; PETER, M. G. A.; MACHADO, V. V. M.; GOMES, A DE O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, p. 58-70, 2013.

TORRES, D. A. R.; VIEIRA, F. C.; CRUZ, A. C. Sistema financeiro, sistema de inovação e desenvolvimento regional: um estudo sobre a relação entre crédito e inovação para os estados da região sudeste brasileira. **Revista de Economia**, v. 41, n. 1, Ano 39, jan-abr 2015.

ⁱ Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul.

ⁱⁱ Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul. Últimos dados divulgados compreendem o período de 2015.

ⁱⁱⁱ O índice de desenvolvimento socioeconômico – IDESE, é um indicador calculado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, com o propósito de mensurar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. Para ser calculado, o indicador leva em consideração três grandes grupos: educação, renda e saúde.

^{iv} Último dado divulgado pela Fundação de Economia e Estatística – FEE.